



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

Aos 24 dias do mês de Outubro de 2012, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

PARTE I

Audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus- Conselho Europeu de 18 e 19 de outubro e Quadro Financeiro Plurianual

PARTE II

1. Apreciação e votação da Ata n.º 75/XII;- Ata n.º 75 referente à reunião de 16 de outubro

2. Apreciação e votação do Parecer referente à Proposta de Lei n.º 100/XII/2.^a (GOV), que Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013.

Deputado Autor de Parecer: Carlos Costa Neves (PSD).

3. Apreciação e votação do Parecer referente à Proposta de Lei n.º 103/XII/2.^a (GOV), que Aprova o Orçamento do Estado para 2013.

Deputado Autor de Parecer: Jacinto Serrão (PS).

4. Informações;

5. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

a) Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que diz respeito ao mecanismo de reação rápida contra a fraude no IVA [COM(2012)428] *objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública*

Deputado Autor de Parecer: Jacinto Serrão (PS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

b) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 354/83 no que respeita ao depósito dos arquivos históricos das instituições no Instituto Universitário Europeu em Florença [COM(2012)456] *objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura*

Deputada Autora de Parecer: Ana Drago (BE)

c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e ao licenciamento [COM(2012)372] *objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação*

Deputado Autor de Parecer: Sérgio Azevedo (PSD)

d) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2003/87/CE a fim de clarificar as disposições relativas ao calendário dos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa [COM(2012)416] *objeto de relatório da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local*

Deputado Autor de Parecer: Honório Novo (PCP)

e) Comunicação da Comissão - As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2012)287] *objeto de parecer das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira*

Deputados Autores do Parecer: Lídia Bulcão (PSD) e Jacinto Serrão (PS)

f) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão 97/836/CE relativa à adesão da Comunidade Europeia ao Acordo da Comissão Económica para a Europa da Organização das Nações Unidas relativo à adoção de prescrições técnicas uniformes aplicáveis aos veículos de rodas, aos equipamentos e às peças suscetíveis de serem montados ou utilizados num veículo de rodas e às condições de reconhecimento recíproco das homologações emitidas em conformidade com essas prescrições («Acordo de 1958 revisto») [COM(2012)202] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*

Deputada Autora de Parecer: Ana Drago (BE)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.ª SL

g) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - 3º Relatório Anual sobre a Imigração e o Asilo [COM(2012)250] *objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias*

Deputada Autora de Parecer: Ana Catarina Mendonça Mendes (PS)

6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à atribuição de contingentes pautais aplicáveis às exportações de madeira provenientes da Federação da Rússia para a União Europeia [COM(2012)449] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*

b) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que define a posição a assumir pela UE na revisão do Regulamento das Telecomunicações Internacionais na Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais ou nos seus fóruns preparatórios [COM(2012)430] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*

c) Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um programa de ação no domínio da fiscalidade na União Europeia para o período de 2014-2020 (Fiscalis 2020) e revoga a Decisão n.º 1482/2007/CE [COM(2012)465] *objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública*

d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um quadro de gestão da responsabilidade financeira relacionada com os órgãos jurisdicionais de resolução de litígios entre investidores e o Estado, criados por acordos internacionais em que a União Europeia é parte [COM(2012)335] *objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias*

7. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

PARTE I

Audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus - Conselho Europeu de 18 e 19 de outubro e Quadro Financeiro Plurianual

O Sr. Presidente, Deputado Paulo Mota Pinto, cumprimentou os presentes e agradeceu a presença e a disponibilidade do Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão, referindo que, na sequência da alteração à lei que regula o acompanhamento pela Assembleia da República do processo de construção da União Europeia, os debates têm-se realizado em plenário pelo que tem havido menos oportunidade para o ouvir em comissão. Informou de seguida que esta audição seria dividida em duas partes, na primeira parte seria analisado o Conselho Europeu de 18 e 19 de outubro e, na segunda parte, o Quadro Financeiro Plurianual, tendo de imediato dado a palavra ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado cumprimentou o Sr. Presidente e os Srs. Deputados e no quadro das conclusões do Conselho Europeu, destacou o Pacto para o Crescimento e o Emprego e referiu a necessidade de aprofundar o Mercado Único e de investir no crescimento. Falou na importância de criar um quadro regulamentar adequado e de desenvolver uma política fiscal para o crescimento. Referiu ainda, no âmbito da Diretiva Serviços, que Portugal já efetuou cerca de 75% das alterações necessárias para a sua transposição. A concluir considerou que a União Económica e Monetária (UEM) precisa de ser reforçada e informou que na reunião de dezembro de 2012 o Conselho Europeu irá analisar um roteiro calendarizado para poder avançar em relação a todos os elementos constitutivos essenciais em que deve assentar a UEM.

Intervieram de seguida o Srs. Deputados Vitalino Canas (PS), António Rodrigues (PSD) e Rui Barreto (CDS-PP), tendo o Sr. Secretário de Estado respondido a cada uma das questões colocadas.

De seguida passou-se à segunda parte da audição, Quadro Financeiro Plurianual, tendo, neste contexto o Sr. Secretário de Estado mencionado as alterações introduzidas e que foram um ajuste técnico resultante de um aumento do rendimento



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

nacional bruto da UE. Falou depois na política de coesão considerando que é o principal instrumento para reduzir as disparidades entre as regiões da europa, pelo que se deve concentrar nas regiões menos desenvolvidas

Após esta intervenção, o Sr. Presidente deu a palavra à Sr.^a Deputada Helena André (PS) e aos Srs. Deputados António Serrano (PS), Carlos Costa Neves (PSD), Rui Barreto (CDS-PP), Duarte Marques (PSD) e Jacinto Serrão (PS) tendo o Sr. Secretário de Estado respondido a cada uma das questões colocadas.

O Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Secretário de Estado e informou que era possível que a audição, antes do próximo Conselho Europeu, de 22 e 23 de Novembro, que coincide com o debate na especialidade do OE para 2013, se realize igualmente em Comissão.

A audiência foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e encontra-se acessível na [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

PARTE II

1. Apreciação e votação da Ata n.º 75/XII referente à reunião de 16 de outubro

O S. Presidente submeteu a votação a ata n.º 75/XII, referente à reunião de 16 de outubro, que foi aprovada por unanimidade registando-se a ausência dos grupos parlamentares do PCP e do BE.

2. Apreciação e votação do Parecer referente à Proposta de Lei n.º 100/XII/2.^a (GOV), que Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por referir que, tal como é referido na proposta de lei em análise, as GOPs para 2013 visam prosseguir a política de concretização dos compromissos de confiança e de responsabilidade que o Governo assumiu para com o País, tendentes à transformação estrutural da economia



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

portuguesa. Para a sua elaboração, contaram com a reflexão de técnicos e dirigentes de toda a administração pública, cujo trabalho permitiu que o Programa de Ajustamento Económico de Portugal fosse sendo avaliado, de trimestre em trimestre, de forma positiva. Referiu ainda que, o aumento do desemprego, a deterioração do enquadramento externo e a composição do ajustamento interno da economia portuguesa aumentaram substancialmente o esforço de consolidação necessário para atingir, a prazo, o equilíbrio orçamental, razão pela qual as Grandes Opções do Plano para 2013 lhe dedicam particular destaque.

A concluir, referiu que se eximiu de fazer uma apreciação política sobre as Grandes Opções do Plano, reservando o seu grupo parlamentar a sua posição para o debate em Plenário.

O parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

3. Apreciação e votação do Parecer referente à Proposta de Lei n.º 103/XII/2.^a (GOV), que Aprova o Orçamento do Estado para 2013.

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) começou por mencionar os valores fixados no Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros em matéria de Assuntos Europeus e referir, no quadro das transferências Financeiras entre Portugal e União Europeia, a transferência de Portugal para a UE e a transferência da UE para Portugal.

Relativamente às transferências financeiras entre Portugal e a UE, a proposta de lei em apreço, prevê um crescimento negativo de cerca de 10%, o que traduz um decréscimo das transferências financeira da UE para Portugal no valor de 519,3 milhões de euros.

Referiu ainda que se encontra prevista a autorização para o Governo, no quadro do Mecanismo Europeu de Estabilidade, proceder à realização de uma quota-parte do capital do Mecanismo Europeu de Estabilidade. A concluir mencionou o facto de os rendimentos decorrentes do exercício das funções de Deputado ao Parlamento Europeu passarem a ser tributados na categoria A em sede de IRS, na sequência da alteração introduzida no respetivo Estatuto.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

O Sr. Presidente, antes de submeter o parecer a votação salientou o curto prazo que houve para elaboração destes pareceres e agradeceu aos Srs. Deputados que aceitaram elaborá-los neste espaço de tempo tão reduzido.

O parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

4. Informações

O Sr. Presidente informou que a Presidente da CAE da Assembleia Nacional francesa enviou carta a acompanhar proposta de resolução que visa concretizar rapidamente a Conferência Orçamental prevista no Tratado de Estabilidade. A proposta de resolução, aprovada pela maioria e pela oposição, irá, em breve, ser examinada em reunião plenária. A Presidente, na carta que dirigiu à CAE manifesta interesse em conhecer a reação às propostas concretas que apresentam. O Sr. Presidente informou que irá enviar a proposta de resolução à COFAP para recolha da opinião e contributos e propôs que fosse agendada para a próxima reunião da Comissão. Será entretanto igualmente distribuída aos membros desta Comissão.

Informou de seguida, que foi recebida informação da Representação CE que o Senhor Comissário Laszlo Andor, responsável pelas pastas do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, estará em Portugal no próximo dia 19 de novembro, segunda-feira, a partir das 11.30 horas e que gostaria de ser recebido na Assembleia da República pelas Comissões de Assuntos Europeus e da Segurança Social e Trabalho.

Informou ainda que no passado dia 19 de outubro, na Sala do Senado, realizou-se audiência do Comissário Algirdas Semeta, responsável pelas áreas da Fiscalidade, União Aduaneira e Luta contra a Fraude, em conjunto com a COFAP e que no próximo dia 29 de outubro, às 14:00, está agendada uma Audiência da Delegação CSU do Landtag da Baviera, conjunta com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Alemanha, COFAP e com a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) disse que tinha conhecimento que o Comissário do Desenvolvimento Regional viria a Portugal entre 7 e 9 de novembro e perguntou se teria havido algum contacto no sentido de garantir a vinda dele à Assembleia da República.

O Sr. Presidente disse que já tinha feito uma diligência nesse sentido mas ainda não obteve qualquer resposta pelo que irá insistir. Informou que os serviços irão distribuir um calendário das próximas reuniões e audições e que, caso não haja pareceres urgentes, não haverá reunião ordinária na próxima semana.

5. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

a) Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que diz respeito ao mecanismo de reação rápida contra a fraude no IVA [COM(2012)428] objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) apresentou o parecer começando por referir que em resultado da atual crise económica e financeira, as finanças públicas de muitos Estados Membros tiveram que enfrentar difíceis desafios. Muitos deles optaram pelo aumento das taxas de IVA de forma a responder a necessidades de consolidação impostas pela crise. Estudos económicos evidenciam “que os impostos de consumo estão entre os mais favoráveis ao crescimento”. Porém, a fraude e evasão fiscais reduzem a capacidade dos Estados de aumentarem as suas receitas e levarem a cabo a sua política económica. Estima-se que na UE a economia subterrânea representa quase um quinto do PIB médio dos Estados Membros. Neste contexto, e para assegurar uma reação rápida e adequada dos Estados Membros, é necessário estabelecer um novo procedimento que permita de forma mais flexível e célere aos Estados Membros solicitarem a concessão de derrogações à Diretiva 2006/112/CE. Concluiu referindo que a presente iniciativa respeita o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.ª SL

O parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

b) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CEE, Euratom) n.º 354/83 no que respeita ao depósito dos arquivos históricos das instituições no Instituto Universitário Europeu em Florença [COM(2012)456] objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Dado que a Sr.ª Deputada Ana Drago (BE) não pôde apresentar o parecer, o Sr. Presidente perguntou se havia concordância da parte dos presentes em subscrever as conclusões do relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Como não houve objeções, esta posição será transmitida às instituições europeias.

c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e ao licenciamento [COM(2012)372] objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O Sr. Deputado Sérgio Azevedo (PSD) apresentou o parecer começando por referir que esta proposta tem por objetivo criar um enquadramento jurídico adequado para a gestão coletiva dos direitos que são administrados por sociedades de gestão coletiva em nome dos seus titulares, estabelecendo normas que garantam um melhor governo e uma maior transparência e também incentivando e facilitando a concessão de licenças multiterritoriais dos direitos dos autores sobre as suas obras musicais a sociedades de gestão coletiva dos direitos de autor que os representem.

Concluiu referindo que a presente iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

O parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

d) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2003/87/CE a fim de clarificar as disposições relativas ao calendário dos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa [COM(2012)416] *objeto de relatório da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local*

Dada a ausência em trabalhos parlamentares do Sr. Deputado Honório Novo (PCP), autor do Parecer, o Sr. Presidente procedeu à sua apresentação de forma sucinta, tendo de seguida submetido a votação, com exclusão da parte III – Opinião do Deputado Autor do Parecer. O parecer foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

e) Comunicação da Comissão - As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2012)287] *objeto de parecer das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira*

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) começou por apresentar o parecer começando por referir que esta Comunicação, além do seu objeto, faz referência às muitas iniciativas legislativas e não legislativas, comunicações, propostas, estudos e relatórios que têm sido desenvolvidas em torno das preocupações políticas sobre as condições ímpares das regiões ultraperiféricas (RUP), ante as demais regiões da Europa. Atualmente, fazem parte integrante do território da União Europeia oito regiões ultraperiféricas: Açores e Madeira (Portugal); Guadalupe, Guiana, Martinica, Saint-Martin, Reunião (França); Ilhas Canárias (Espanha). Em conjunto vivem 4 milhões de cidadãos nestas regiões.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

Para além das limitações e dificuldades próprias, as RUP têm potencialidades e mais-valias únicas das quais advêm benefícios para a União Europeia, no entanto, a atual crise financeira e económica atinge de forma agravada as RUP, devido às suas condições de ultraperiferia, e o seu impacto tem provocado uma deterioração das suas economias e coesão social.

A Sr.^a Deputada Lídia Bulcão (PSD) continuou a apresentação do parecer conjunto, referindo que através da presente iniciativa a Comissão propõe uma estratégia renovada para as RUP baseada no seu potencial e através da diversificação e modernização das suas economias. São apontados cinco eixos essenciais, em torno dos quais se organizam propostas para o futuro, que assentam no melhoramento da acessibilidade ao mercado único, no reforço da competitividade, na promoção da integração regional das RUP no interior das respetivas zonas geográficas, no reforço da dimensão social do desenvolvimento das RUP e na inserção das ações de combate às alterações climáticas em todas as políticas pertinentes.

Referiu ainda que a Comissão propõe, através da presente iniciativa, uma estratégia renovada contendo um plano de ação para as RUP em vários domínios e políticas relevantes. Mencionou de forma detalhada os pareceres das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e apresentou as conclusões tendo finalizado referindo que tratando-se de uma iniciativa não legislativa, não cabe a análise da observância do princípio da subsidiariedade.

O parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

A apresentação e apreciação dos restantes pareceres previstos na ordem do dia foram adiados para a próxima reunião a pedidos das Sras. Deputadas designadas para o efeito.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

6. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à atribuição de contingentes pautais aplicáveis às exportações de madeira provenientes da Federação da Rússia para a União Europeia [COM(2012)449] objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado António Serrano.

b) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que define a posição a assumir pela UE na revisão do Regulamento das Telecomunicações Internacionais na Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais ou nos seus fóruns preparatórios [COM(2012)430] objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado João Serpa Oliva.

c) Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um programa de ação no domínio da fiscalidade na União Europeia para o período de 2014-2020 (Fiscalis 2020) e revoga a Decisão n.º 1482/2007/CE [COM(2012)465] objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, a Sr.^a Deputada Cláudia Aguiar.

d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um quadro de gestão da responsabilidade financeira relacionada com os órgãos jurisdicionais de resolução de litígios entre investidores e o Estado, criados por acordos internacionais em que a União Europeia é parte [COM(2012)335] *objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias*

Não se procedeu à sua distribuição, dado que, na última reunião, já fora indicado como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Carlos São Martinho.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.^a SL

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 Outubro 2012.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 77/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Rodrigues
António Serrano
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Marques
Jacinto Serrão
João Lobo
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Rui Barreto
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Laura Esperança
Lídia Bulcão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
João Serpa Oliva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Honório Novo
Maria Ester Vargas
Pedro Silva Pereira